PORTARIA Nº 44.847, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

A Secretária Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a PORTARIA nº 43.525/2025, e, Considerando o disposto no artigo 32 e artigo 33, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, § 4º, da Constituição Federal; CONSIDERANDO o disposto no artigo 40, § 4º, da Constituição Estadual

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, inciso I, da Resolução nº 18.393/2012;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório - CADSEP nº 39/2023, constante no Expediente nº 013938/2023,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado final da Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório do servidor abaixo relacionado, considerando-o apto para o exercício do cargo efetivo e concedendo-lhe a garantia constitucional da estabilidade, a partir de 06-10-2025:

Matrícula	Servidor	Cargo
0101830	ANTONIO LEMOS DA SILVA NETO	Auditor de Controle Externo - Direito

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO Secretária Geral da Presidência

Protocolo: 1253739 PORTARIA Nº 44.845, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

A Secretária Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a PORTARIA nº 43.525/2025, e, Considerando o disposto no artigo 32 e artigo 33, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, § 4º, da Constituição Federal; CONSIDERANDO o disposto no artigo 40, § 4º, da Constituição Estadual do Pará:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, inciso I, da Resolução nº 18.393/2012:

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório - CADSEP nº 44/2023, constante no Expediente nº 013974/2023,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado final da Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório do servidor abaixo relacionado, considerando-o apto para o exercício do cargo efetivo e concedendo-lhe a garantia constitucional da estabilidade, a partir de 06-10-2025:

Matrícula	Servidor	Cargo
0101826	PEDRO ALVES DE MENEZES NETO	Auditor de Controle Externo - Direito

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO Secretária Geral da Presidência

Protocolo: 1253679

PORTARIA Nº 44.841, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

A Secretária Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a PORTARIA nº 43.525/2025, e, Considerando o disposto no artigo 32 e artigo 33, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, § 4º, da Constituição Federal; CONSIDERANDO o disposto no artigo 40, § 4º, da Constituição Estadual do Pará:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, inciso I, da Resolução nº 18.393/2012:

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório - CADSEP nº 37/2023, constante no Expediente nº 013921/2023, R E S O L V E:

HOMOLOGAR o resultado final da Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório do servidor abaixo relacionado, considerando-o apto para o exercício do cargo efetivo e concedendo-lhe a garantia constitucional da estabilidade, a partir de 06-10-2025:

Matrícula	Servidor	Cargo
0101821	ALLAN GOMES MOREIRA	Auditor de Controle Externo – Administrativo - Direito

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO Secretária Geral da Presidência

Protocolo: 1253672

PORTARIA Nº 44.842, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

A Secretária Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a PORTARIA nº 43.525/2025, e, Considerando o disposto no artigo 32 e artigo 33, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, § 4º, da Constituição Federal; CONSIDERANDO o disposto no artigo 40, § 4º, da Constituição Estadual do Pará;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, inciso I, da Resolução nº 18.393/2012;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório - CADSEP nº 38/2023, constante no Expediente nº 013923/2023,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado final da Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório do servidor abaixo relacionado, considerando-o apto para o exercício do cargo efetivo e concedendo-lhe a garantia constitucional da estabilidade, a partir de 06-10-2025:

Matrícula	Servidor	Cargo
0101820	ANDERSON CARDOSO PANTOJA	Auditor de Controle Externo – Administrativo - Direito

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO Secretária Geral da Presidência

Protocolo: 1253674 PORTARIA Nº 44.843, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

A Secretária Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a PORTARIA nº 43.525/2025, e, Considerando o disposto no artigo 32 e artigo 33, da Lei nº 5.810, de 24

de janeiro de 1994; CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, § 4º, da Constituição Federal; CONSIDERANDO o disposto no artigo 40, § 4º, da Constituição Estadual do Pará;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, inciso I, da Resolução nº 18.393/2012:

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório - CADSEP nº 42/2023, constante no Expediente nº 013969/2023,

R F S O I V F

HOMOLOGAR o resultado final da Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório do servidor abaixo relacionado, considerando-o apto para o exercício do cargo efetivo e concedendo-lhe a garantia constitucional da estabilidade, a partir de 06-10-2025:

Matrícula	Servidor	Cargo
0101824	GERSON TÁCITO PEREIRA DE SÁ	Auditor de Controle Externo - Direito

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO Secretária Geral da Presidência

Protocolo: 1253675

PORTARIA Nº 44.844, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

A Secretária Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a PORTARIA nº 43.525/2025, e, Considerando o disposto no artigo 32 e artigo 33, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, § 4º, da Constituição Federal; CONSIDERANDO o disposto no artigo 40, § 4º, da Constituição Estadual do Pará;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, inciso I, da Resolução nº 18.393/2012;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório - CADSEP nº 43/2023, constante no Expediente nº 013973/2023,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado final da Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório da servidora abaixo relacionada, considerando-a apta para o exercício do cargo efetivo e concedendo-lhe a garantia constitucional da estabilidade, a partir de 06-10-2025:

Matrícula	Servidor	Cargo
0101828	MICHELLE SANCHES CUNHA MEDINA	Auditor de Controle Externo - Direito

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO Secretária Geral da Presidência

Protocolo: 1253676 **PORTARIA Nº 44.840, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.**

A Secretária Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a PORTARIA nº 43.525/2025, e, Considerando o disposto no artigo 32 e artigo 33, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, § 4º, da Constituição Federal; CONSIDERANDO o disposto no artigo 40, § 4º, da Constituição Estadual do Pará:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 18, inciso I, da Resolução nº 18.393/2012;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório - CADSEP nº 47/2023, constante no Expediente nº 013988/2023,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado final da Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório da servidora abaixo relacionada, considerando-a apta para o exercício do cargo efetivo e concedendo-lhe a garantia constitucional da estabilidade, a partir de 06-10-2025:

Matrícula	Servidor	Cargo
0101827	TUANE DE OLIVEIRA COSTA	Auditor de Controle Externo - Direito

ALICE CRISTINA DA COSTA LOUREIRO Secretária Geral da Presidência

Protocolo: 1253669 PORTARIA Nº 44.839, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

A Secretária Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a PORTARIA nº 43.525/2025, e, Considerando o disposto no artigo 32 e artigo 33, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, § 4º, da Constituição Federal; CONSIDERANDO o disposto no artigo 40, § 4º, da Constituição Estadual do Pará: